

POBREZA, INCLUSÃO E EDUCAÇÃO SUPERIOR: PROUNI

Anielly Aparecida Kops Galetto¹
Ana Maria Coelho Pereira Mendes²

RESUMO

Este estudo teve por objetivo mapear as condições objetivas de desempenho dos beneficiários do ProUni dos alunos de graduação enquanto programa de inclusão social. Para tanto, é necessário caracterizar suas condições de acesso e a realidade do aluno, se o programa além da bolsa garante recursos para o aluno durante seu curso no Ensino Superior. Para este trabalho foram necessárias várias pesquisas documentais em estudos já realizados, em artigos científicos e em fontes próprias do programa. A pesquisa de campo ocorre com coleta de dados primeiramente por entrevistas com profissionais da área, os quais trabalharam e ainda trabalham com o ProUni, além de depoimento de um aluno bolsista já formado. E para triangular as fontes e aprofundar a pesquisa, foi elaborado um questionário com 12 questões, sendo duas delas descritivas, para alunos bolsistas de uma instituição de Ensino Superior de Curitiba-PR, para identificar o perfil desses alunos e suas percepções sobre o programa. Com todas as informações levantadas sobre a educação hoje e o Ensino Superior, além das pesquisas realizadas com os bolsistas e os profissionais, pode-se concluir que o programa abriu novas possibilidades de acesso à educação superior, promovendo, desta forma, a inclusão social como política pública de educação. Porém, é necessário ressaltar que há sim falhas, tanto na seleção quanto no processo de acompanhamento dos beneficiários do programa.

Palavras-chave: Inclusão social. ProUni. Ensino Superior.

¹ Acadêmica do 3º ano do Curso de Pedagogia da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2014) da mesma instituição. *E-mail*: aniellyk@hotmail.com.

² Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Professora da FAE Centro Universitário. Orientadora do Programa de Apoio à Iniciação Científica da mesma instituição. *E-mail*: ana.mendes@fae.edu.

INTRODUÇÃO

O objeto deste estudo é o acesso à educação superior de alunos do Programa Universidade para Todos (ProUni), tendo como público-alvo os alunos bolsistas. Tal interesse se justifica pela necessidade de monitorar as condições de acesso desses alunos, também ao mundo do trabalho, mantendo-se na atualidade da dinâmica social das relações entre instituições educacionais, sociedades que elas compõem e o mercado para quem elas capacitam.

Assim, as questões de pesquisa que norteiam este estudo e que pretendem maior aprofundamento com o público-alvo são: qual o perfil e as condições de acesso dos alunos ProUni? A educação superior interfere na reprodução social das condições de origem familiar dos alunos ProUni? As condições de acesso para as primeiras experiências profissionais são determinadas pelas condições sociais do aluno do ProUni?

A partir deste contexto, é possível um primeiro delineamento do estudo em *sites* oficiais do programa, o que favorece as etapas de aprofundamento junto ao público-alvo.

Tem-se, portanto, como objetivo geral deste estudo, o de mapear as condições objetivas de desempenho acadêmico e inserção no mercado de trabalho enquanto alunos beneficiários do ProUni de cursos de graduação.

O caminho metodológico, com a possibilidade de continuidade, segue duas fases distintas. Primeiro, uma fase exploratória com pesquisa documental em *sites* oficiais sobre o programa ProUni e em outros *sites* e artigos que tragam a realidade com características sobre as condições sociais. Essa coleta de dados é para caracterizar a série histórica de desempenho dos alunos já com vistas ao mapeamento e análise dos resultados. A outra fase requer pesquisa de levantamento, com aplicação de questionário, com beneficiários do programa para descrever as condições objetivas desse aluno, ainda sendo acadêmico. Segue-se também uma entrevista em profundidade com profissionais da área educacional que apresentem e analisem suas experiências com o programa, principalmente, e sobre o público-alvo com relação às questões de pesquisa em tela. A entrevista em profundidade com um profissional já inserido no mercado de trabalho logo após lograr êxito no programa apresenta esta realidade a partir do olhar de um beneficiário.

Buscou-se com este estudo, identificar qual é o perfil do aluno bolsista ProUni, já que o programa vem crescendo, tendo uma demanda cada vez maior de interessados, com vista a proporcionar o conhecimento sobre esse assunto, ainda pouco retratado sob a ótica do próprio aluno e dos profissionais que têm relação direta com suas demandas, suas fragilidades e seus sucessos.

1 ESTADO ATUAL DO CONHECIMENTO SOBRE O PROBLEMA

As primeiras aproximações apontam que a educação superior interfere no perfil profissional enquanto condições objetivas de construção do sujeito determinadas pela educação formal em seu perfil pessoal, profissional e de cidadão.

O interesse pelo estudo justifica-se pela relevância das descobertas daí decorrentes, e pelo ineditismo dos dados a partir de uma primeira etapa de aproximação exploratória, com base em pesquisa documental que aponte sobre esse assunto.

A caracterização do público-alvo como critério estabelecido pelo ProUni é que sejam pessoas com renda insuficiente, situação de risco social, dificuldade de acesso a equipamentos mais capacitados pela iniciativa privada, entre outros indicadores.

A Conferência Regional Preparatória de Havana, em novembro de 1996, produz dois documentos com recomendações para a Conferência Mundial, o Informe Final e a Declaração sobre Educação Superior na América Latina e no Caribe.

O Informe Final contextualiza a universidade em “um horizonte obscurecido pela pobreza, o desemprego, a desigualdade de acesso à saúde e à educação, a violência e a destruição do meio ambiente” (WERTHEIN; CUNHA, 2000, p. 37).

2 A EDUCAÇÃO, O ENSINO SUPERIOR E O PROUNI

Pode-se definir educação, em um sentido amplo, como sendo o “processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social” (OLIVEIRA, 2009).

2.1 DIREITO À EDUCAÇÃO

A educação hoje ainda é algo que não faz parte da vida de toda a população, mas conforme traz a Constituição Federal (2014), no art. 205, é direito de todo cidadão tê-la de boa qualidade para que se possa prosperar na vida, vivendo na sociedade e usufruindo de todos os direitos em comum, “visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

2.1.1 Acesso à Educação Para Todos

O caráter de comprometimento da UNESCO com o desenvolvimento dos povos e a justiça social por meio da educação se consolida por causa de diversas parcerias com as Instituições de Ensino Superior (IES) e de pesquisa no mundo todo. Todas as recomendações do órgão para a política de educação inclusiva rebatem diretamente em seus diferentes níveis. Desde a alfabetização de adultos até o ensino considerado de terceiro e quarto graus.

Foi a ênfase inicial nas ações para a educação para todos que desencadeou demandas sequenciais para todos os níveis, conforme vislumbrado por todos os responsáveis pelos estudos empreendidos.

Entretanto, foi somente a partir da 27ª sessão da Conferência Geral de 1993 que os Estados-membros da UNESCO, avaliando as mudanças estruturais substantivas nas paisagens da sociedade mundial, resolveram estimular a formulação de uma política aplicável à totalidade do Ensino Superior.

Quer dizer, as mudanças estruturais no tecido social não estavam sendo acompanhadas pela educação superior. Mesmo porque as demandas oriundas do Ensino Básico e Fundamental não estavam encontrando condições de serem absorvidas pelo Ensino Superior, “sobretudo em relação à expansão quantitativa e à necessidade de diversificação da oferta face às mutações que estavam sendo operadas no mercado de trabalho” (WERTHEIN; CUNHA, 2000, p. 29-30).

2.2 A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Quando se fala em educação hoje, é algo comum para todos, mas antes não, só frequentava a escola na maioria das vezes o público masculino, filhos de militares e a população de classe alta, mas à medida que os anos foram passando tudo foi mudando, e vê-se que o processo de escolarização básica se expande em meados do século XX “e que o seu crescimento, em termos de rede pública de ensino, se deu no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980” (BRUINI, 2014).

Hoje, entretanto, a educação no Brasil está muito desvalorizada, pois como se vê nos índices atuais, o país ocupa o 53º lugar no *ranking* avaliado pelo PISA³, um programa internacional composto por 65 países a serem avaliados de três em três anos.

³ Pisa – *Programme for International Student Assessment* (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes).

Assim como aponta Costa (2012, p. 22), “a educação no Brasil se torna cada vez mais central no debate sobre o nosso desenvolvimento, oportunidades de crescimento e redução das desigualdades sociais em âmbito nacional”.

Por isso vê-se a grande importância da educação, em que é preciso “eleger a educação como o fator estratégico de desenvolvimento do país” (SAVIANI, 2010, p. 262), o que hoje, aqui no Brasil ainda não acontece. Mesmo com todos os programas existentes, o número da população é muito maior ao número que se disponibiliza nas creches, escolas, universidades, enfim, em todos os equipamentos e espaços onde ocorre a educação, seja ela básica ou Ensino Superior.

2.2.1 Inclusão

Vive-se numa sociedade na qual a inclusão de todos é algo questionável. Preconceitos e condições objetivas de igualdade de acesso de todos aos programas sociais de desenvolvimento da cidadania plena são desrespeitados historicamente. Os resultados destas situações, sejam ocasionados pela classe social, etnia, moradia, educação, entre outros fatores que se levam em consideração, mostram os excluídos, sem as mínimas condições de quebrarem o ciclo de reprodução da falta de educação enquanto condição de desenvolvimento.

Mas o que realmente é essa inclusão? Ela pode ser denominada em duas dimensões: a inclusão essencial e a inclusão eletiva.

A inclusão essencial é dita como sendo uma inclusão que assegura todas as pessoas para que não sejam discriminadas pelas suas condições pessoais e também não sejam colocadas em nichos dentro de uma sociedade, justamente por suas condições. Já a inclusão eletiva assegura a todos no direito de participar de qualquer grupo social, independente das suas condições atuais, seguida a partir de seu interesse. Um exemplo caracterizado dessa inclusão é uma determinada pessoa escolher um determinado bairro para morar, independente das condições que o bairro apresenta e das condições que a pessoa obtiver, ela tem total direito e livre escolha (RODRIGUES, 2006).

Contudo, o processo de inclusão só existe enquanto há demanda, porque, primeiramente, deu-se a exclusão construída como parte do processo civilizatório no qual o homem discrimina o próprio homem por diferentes fatores.

2.2.2 Exclusão

Para Sposati (1996, p. 13), “exclusão social é a impossibilidade de poder partilhar da sociedade. Leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de uma parcela significativa da população”.

Para tanto, essa exclusão, qualificada, explicada, entendida, leva a um assunto do qual se questiona muito nos dias atuais, a exclusão na educação. Educação essa que vem sendo desvalorizada e limitada a muitas pessoas pelas suas condições sociais, a chamada “educação pobre para pobres, que entende-se como sendo uma educação simples, desqualificada, como ocorre hoje nos setores da educação pública” (KLIKSBURG, 2001 apud VAZ, 2002).

Porém, nas escolas privadas ocorre o contrário. As IES querem uma educação competitiva para o mercado de trabalho, onde o valor atribuído a essas instituições equivalem à qualidade da educação ali fornecida, sendo que somente classes sociais altas têm esse privilégio de investir na educação para seus filhos, o que para as classes baixas traz uma desvantagem para competirem no mercado de trabalho, já que a educação na rede pública de ensino vem sendo sucateada e desprestigiada pelo poder público (VAZ, 2002, p. 122).

2.3 PROUNI

O Programa Universidade para todos (ProUni) foi criado em 2004 por meio da lei 11.096 e regulamentado em 2005 durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Esse programa tem por objetivo proporcionar a inserção de jovens e adultos de baixa renda em instituições particulares de Ensino Superior por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) (MEC, 2014).

O programa tem alguns critérios a serem cumpridos para que se tenha direito a bolsa de estudo, podendo essa bolsa ser parcial (50%) ou integral (100%).

Conforme coloca o MEC (2014), é necessária a apresentação da renda familiar para aquisição da bolsa, sendo que para adquirir bolsa integral é necessário que o candidato tenha renda mensal bruta de até um salário mínimo e meio por integrante da sua família e já para bolsa parcial pode-se ter uma renda de até três salários mínimos por pessoa. Fora isso, ainda há alguns quesitos solicitados a mais para completá-los, como ter cursado todo o Ensino Médio em rede pública; ou ter estudado em escola da rede privada, mas na condição de bolsista integral; entre outros quesitos que podem ser claramente identificados no *site* do ProUni.

Ainda assim há um critério de pontuação, no qual o candidato tem a obrigatoriedade de ter realizado o Enem do ano anterior e ter obtido como nota mínima 450 pontos, sem zerar na redação.

Para tanto, as instituições de ensino que se credenciam e oferecem bolsa de estudos, ficam isentas de vários impostos, sendo em torno de 7,05%, e há a obrigatoriedade delas destinarem 10% das vagas totais para as bolsas de estudos.

Como se pode notar é um programa em que há muitos requisitos, com etapas, para que se consiga chegar à obtenção da bolsa.

3 SÍNTESE DA METODOLOGIA

Para este trabalho foram necessárias várias pesquisas em estudos já realizados, com base em artigos científicos e busca de informações em fontes próprias do programa. Na coleta de dados primeiramente foram realizadas entrevistas com profissionais da área, os quais trabalharam e ainda trabalham com o ProUni, além de um profissional que foi aluno bolsista e já está inserido no mercado de trabalho. Para finalizar e aprofundar a pesquisa, fechando este procedimento de triangulação de fontes de informação com pesquisa de levantamento, foi elaborado um questionário com 12 questões, sendo duas delas descritivas, para alunos bolsistas de uma instituição de Ensino Superior de Curitiba-PR, para identificar qual o perfil desses alunos e sua avaliação sobre o programa.

4 A PESQUISA

A coleta de dados foi realizada em várias etapas. Primeiramente foi realizada uma entrevista em profundidade com uma assistente social que trabalhou com a implantação do ProUni dentro de uma IES, a qual descreve todo seu trajeto e sua experiência nessa área. Como trabalhou desde o início com a implantação do programa naquela instituição até 2010, houve a possibilidade de descrever o andamento do programa até hoje. Para isso, foi realizada a mesma entrevista com outra profissional que atua no programa da IES atualmente, completando a análise. Esta amostra intencional é de uma assistente do departamento do ProUni, responsável pela recepção e encaminhamentos dos alunos bolsistas. Logo depois, foi realizado o relato de experiência de um aluno que foi bolsista e hoje é formado pela instituição, e por fim um questionário de múltipla escolha que foi repassado aos alunos bolsistas da instituição para analisar qual é o perfil desses alunos e suas principais características.

4.1 ENTREVISTA COM PROFISSIONAL RESPONSÁVEL 1 PELA IMPLANTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS ALUNOS DO PROGRAMA EM IES

As perguntas que serviram de base para essa entrevista foram: a) opinião sobre o processo de inserção que o programa promove ou não em relação ao aluno que chega com uma condição diferenciada dos demais colegas, já que são bolsistas; b) qual o apoio do programa tanto na instituição quanto no MEC; c) o que muda na vida do bolsista a partir da inserção em uma instituição privada; d) o que sugere que seja pesquisado nos bolsistas para caracterizar a vida atual ou realidade atual; e) relato sobre a sua experiência direta em relação ao ProUni. Pôde-se ter uma visão da experiência de quem já trabalhou com o programa.

4.1.1 A implantação do programa

A entrevistada é assistente social e atuou com o programa ProUni e sua implantação ocorrida em 2004/2005. Também foi secretária do curso de Direito de uma Instituição de Ensino Superior de Curitiba-PR. Relatou que fez cursos fora do Estado para se especializar e entender melhor do assunto na época em que foi instituído o programa. Ela conta que no início não havia demanda de alunos, pois estava iniciando e ninguém conhecia direito o que era o programa, e então começou com um número pequeno de bolsas. Mas, à medida que os anos foram passando, o número de alunos só foi aumentando.

O que ela priorizava quando avaliava os documentos sempre era a renda do aluno selecionado, e toda a situação financeira da família para ver se realmente cumpria as condições da bolsa, e ela prezava muito para que não houvessem erros, nem na seleção e nem nos documentos apresentados ao MEC.

Quando o programa foi implantado na Instituição, havia uma equipe de trabalho que cuidava de todo o processo para que tudo fosse legalizado. Só que, na medida em que os anos foram passando, aos poucos o programa foi sendo repassado para os cuidados do departamento financeiro. As rotinas de recepção e formalização do bolsista já estavam devidamente burocratizadas. Não se fazia nenhum processo com características de demandas individualizadas. Tudo ficou sistematizado e padronizado.

4.1.2 O Bolsista e Aluno

Quando a seleção ocorria e o bolsista realmente efetivava a matrícula, ocorria todo um acompanhamento, no qual o aluno deveria cumprir o regimento da instituição e caso não gostasse do curso e quisesse trancá-lo, deveria cursar pelo menos seis meses para fechar o semestre, sem que ele pudesse perder a bolsa.

Durante seu relato, a entrevistada contou que na época em que estava à frente do programa, haviam muitos alunos-bolsistas com dificuldades financeiras, e que recorriam a ela para que pudesse auxiliá-los, muitas vezes era uma ajuda com problemas pessoais, outras vezes com materiais pedagógicos, os quais ela sempre intervia e procurava dar provimento, tirando fotocópias ou criando estratégias de reaproveitamento com alunos que já haviam passado pela disciplina (emprestava de algum aluno do ano mais adiantado). Ela sempre indicava estágios vinculados ao CIEE⁴, orientava os alunos sempre para o melhor desempenho no curso, e quando algum bolsista não conseguia mais pagar a sua bolsa parcial, ela juntava todos os documentos necessários, analisava e, caso fosse necessário, comprovava a situação de risco social e extrema carência e conseguia passar o bolsista para o plano de bolsa integral. Outra questão importante é que ela denunciava as condições de extrema fragilidade econômica e social, precisando, quase sempre, de sua intervenção social, mesmo para colocação em moradias de baixo custo como pensionatos para estudantes. Ela percebeu a demanda por acompanhamento e apoio direto e passou a realizar reuniões para saber as dificuldades de cada um e tentar ajudá-los, alertando-os sempre em relação às notas como critério de manutenção no programa.

4.2 ENTREVISTA COM RESPONSÁVEL 2 PELO PROGRAMA

As mesmas questões foram utilizadas para essa entrevista. A entrevistada é assistente do setor do ProUni e relatou sobre seu trabalho hoje com o programa. Contou que o programa, além de colaborar para o crescimento social do aluno, também colabora para o seu lado profissional, pois é por meio da graduação que ele buscará um novo futuro.

Para a entrevistada “o programa ajuda o aluno a aprimorar seus conhecimentos e, conseqüentemente, melhorar a sua vida financeira, já que ele não necessita realizar o pagamento das mensalidades”.

⁴ Centro de Integração Escola Empresa – programa de estágio remunerado.

Sobre seu relato de experiência direta com o programa ela mostra que os alunos bolsistas sentem-se satisfeitos com a oportunidade e possibilidade de estudar em uma IES, e ainda diz que para eles “é ou era um sonho concluir a graduação”. Por fim ela sugeriu, já que seria realizada uma coleta dados também com os alunos bolsistas, perguntar para eles para “saber sobre seus anseios e desejos com a oportunidade de estudar em uma IES privada com bolsa ProUni”.

4.3 ENTREVISTA COM EX-ALUNO BOLSISTA FORMADO

A entrevista foi realizada de maneira bem simples, mas clara, apenas para saber qual foi sua experiência como bolsista e qual seu ponto de vista em relação ao programa.

Inicialmente ele contou que tentou três vezes o Enem para conseguir uma bolsa, sempre estudou em escola pública e em 2008 foi selecionado para iniciar os estudos em 2009, mas apenas na 3ª chamada. Ele disse que sempre que tentava o Enem e abriam as inscrições para o ProUni ele fazia a escolha pelas melhores instituições. Então iniciou no curso de Design, mas já nas primeiras experiências acabou não gostando do curso, então fechou o semestre e optou pela troca de curso, o problema é que ele teve que esperar e iniciou somente em 2010 o curso de Publicidade e Propaganda.

Ele relata que na época não tinha nenhuma condição de estudar em uma instituição privada, por isso deu muito valor e se desempenhou bem na graduação, não ficou em dependência em nenhuma matéria, sempre estudou e ainda em sua colação de grau foi premiado como o melhor aluno do curso, tanto em notas como frequência, e disse que em seu curso não havia obrigatoriedade de estágio, o que facilitou para ele, pois sempre trabalhou.

Sobre o programa disse que foi muito importante e de grande valia, pois pôde fazer uma graduação, mas ele aponta que há muitas falhas no sistema para verificar a demanda de alunos que conseguem uma bolsa. No entanto ele agradece pela oportunidade, e quanto ao retorno aos estudos, diz que pretende voltar, mas que vai esperar mais um pouco, vai dar um tempo e apenas continuar trabalhando.

4.4 QUESTIONÁRIO COM ALUNOS BOLSISTAS

Foi elaborado um questionário com 10 questões de múltipla escolha e duas questões abertas perguntando sobre um ponto positivo e um negativo do programa ProUni. Foram enviados mais de 300 questionários, mas somente 50 retornaram. Portanto, como pesquisa de levantamento, o tamanho da amostra permite somente identificar tendências sobre o público-alvo e as questões de impacto no processo de inclusão na vida deles.

Após a análise dos resultados, constata-se que a maioria dos estudantes é do público feminino, representando um total de 75% dos entrevistados, sendo apenas 25% o público masculino. Já para a faixa etária, a média de idade desses alunos é entre 18 e 25 anos, verificou-se também de onde esses alunos vêm e 64% respondeu que é da mesma cidade onde estuda e os outros 36% disseram ser de outras cidades, sendo um deles vindo de outro estado. Observa-se também que a grande maioria dos alunos ainda reside com os pais, correspondendo a 50% dos entrevistados, sendo que 18% moram sozinhos e 32% moram com outros familiares. Já o período mais frequentado é o noturno, correspondendo a 92%, já que a maioria trabalha durante o dia.

As outras 5 questões tinham como respostas sim ou não, como apresentado abaixo:

QUADRO 1 – Respostas das questões respondidas pelos alunos bolsistas

PERGUNTAS	SIM	NÃO
Atualmente mora no município de estudo?	92%	8%
Possui familiares próximos?	75%	25%
Você trabalha ou faz estágio remunerado?	92%	8%
Em seu curso há a obrigatoriedade de estágio?	50%	50%
Em relação ao programa, ele atende as suas necessidades dentro da IES como: Materiais Pedagógicos, Moradia e Orientações para melhor inserção na realidade de estudante?	58%	42%

FONTE: As autoras (2014)

Ainda foram realizadas duas perguntas abertas para saber um ponto positivo e um ponto negativo do programa, no ponto de vista dos alunos bolsistas. De todas as respostas obtidas foram selecionadas as três mais citadas pelos bolsistas.

Os pontos positivos do programa que mais foram citados pelos alunos foram oportunidade para quem tem baixa renda, a bolsa de estudos para estudar, sem precisar arcar com os custos e acesso ao Ensino Superior. Já os pontos negativos que surgiram foram: falta de fiscalização durante o curso em relação à condição financeira, pouca oferta e muita demanda, e ainda alguns disseram não ter nenhum ponto negativo no programa.

CONCLUSÕES

Conclui-se com esse estudo realizado que o programa ProUni está se expandindo cada vez mais, que a procura aumenta mais a cada ano, pois é uma forma de os alunos que projetam fazer uma graduação alcançarem esta meta.

Com a fundamentação teórica levantada pôde-se verificar a importância da educação para a sociedade em geral, e também sobre a inclusão que vem sendo abordada nos dias atuais.

A importância do programa e a diferença que ele faz na vida dos alunos, por mais que haja falhas, ele traz oportunidades de acesso a serviços de programas sociais. Com o questionário direto para os alunos bolsistas, pôde-se caracterizar bem qual a importância do programa para eles, e qual o perfil desses alunos. O programa cria possibilidades, porém deve-se fazer uma análise profunda na acolhida dos alunos aprovados para não permitir que a exclusão histórica de acesso a serviços públicos de qualidade se transforme em dupla exclusão pela falta de acesso à educação superior, grau de educação consagrado como possibilidade de ascensão social.

A expectativa é que o programa cresça, trazendo cada vez mais jovens para a educação e ofertando um número maior de bolsas a cada ano. Pois, com o estudo realizado, em tudo que foi pesquisado, vê-se como um ótimo programa que foi criado no país, recuperando os excluídos de vários programas sociais por meio da inclusão pela educação. Contudo, é necessário ressaltar que a continuação deste estudo é necessária para buscar cada vez mais novas informações sobre o andamento do programa e o seu crescimento. Sugere-se que seja realizada uma pesquisa com alunos já formados para saber sobre a continuidade da sua formação superior, e sobre o mercado de trabalho, após sua formação.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_const.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2014.
- BRASIL. **Ministério da Educação**. 2014. Disponível em: <<http://siteprouni.mec.gov.br/>>. Acesso em: 17 jan. 2014.
- BRUINI, E. da C. **Educação no Brasil**. 2014. Disponível em <<http://www.brasilecola.com/educacao/educacao-no-brasil.htm>>. Acesso em: 05 mar. 2014.
- COSTA, F. de S. **O ProUni e seus egressos: Uma articulação entre educação, trabalho e juventude**. São Paulo, 2012.
- OLIVEIRA, D. B. de. **Conceito de educação**. 2009. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAATl8AJ/conceito-educacao>>. Acesso em: 05 mar. 2014.
- RODRIGUES, D. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.
- SAVIANI, D. **A educação no centro do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Fundação Mauricio Grabois, 2010.
- SPOSATI, A. de O. **Mapa da exclusão/inclusão social na cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 1996.
- UNESCO. **Política de mudança e desenvolvimento no ensino superior**. [Tradução e revisão: Laura A. Ferratini Fusaro]. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: UNESCO, 1999.
- VAZ, A. M. G. **Exclusão social: novos e velhos dilemas**. 2002. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/viewArticle/32>>. Acesso em: 01 fev. 2014.
- WERTHEIN, J.; CUNHA, C. **Fundamentos para uma nova educação**. Brasília: UNESCO, 2000. (Cadernos UNESCO Brasil. Série Educação; v. 5).

